

A lusofonia e os autores nas Jornadas de Passo Fundo: circunstâncias, maçãs e tranças nagô

The lusophony and the authors in the Jornada de Passo Fundo:
circumstances, apples and nagô braids

Miguel Rettenmaier

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Resumo: O texto pretende apresentar vários testemunhos de escritores e intelectuais da lusofonia que foram convidados a participar das Jornadas de Literatura de Passo Fundo, entre o início dos anos 90 e a atualidade. Tais testemunhos referem-se, entre outros aspectos, a discussões atinentes à questão da identidade, observadas as relações culturais entre os países de expressão portuguesa. Contextualizando o surgimento e a consolidação das Jornadas em um panorama sociopolítico e observando a natureza dialógica dos enunciados e dos discursos, este trabalho observará a palavra do “outro”, dos escritores que chegam ao Brasil dispostos a discutir a própria identidade, com a propriedade de fazer-nos, por nosso lado, refletir sobre a nossa identidade e sobre a forma como nos identificamos com esse outro que nos é tão semelhante.

Palavras-chave: Identidade. Lusofonia. Jornada Nacional de Literatura.

Abstract: The text aims to present various testimonies from writers and scholars of lusophony who were invited to come to Jornada de Literatura de Passo Fundo, between the beginning of the 90's and today. Such statements relate, among other things, the discussions relating to the issue of identity, subject to the cultural relations between Portuguese-speaking countries. Contextualizing the emergence and consolidation of Jornadas in a socio-political scene and observing the dialogical nature of the statements and speeches, this paper will look at the word of “other”, writers who come to Brazil willing to discuss their own identity, with the property to mobilize us, by our side, reflecting on our identity and how we identify ourselves with that other, which is so similar.

Keywords: Identity. Lusophony. Jornada Nacional de Literatura.

Em 1981, em Passo Fundo, de uma conversa entre Tania Rösing, uma professora de Literatura da Universidade de Passo Fundo, e o consagrado escritor Josué Guimarães, em visita à cidade, nasceu um projeto que se concretizaria como uma das mais respeitadas iniciativas pela formação do leitor e pela promoção do livro e da literatura da América Latina: as Jornadas Literárias. Dessa conversa, que pensava um encontro entre leitores e autores em uma cidade distante 300 km de Porto Alegre – em tempos de estradas precárias e em um momento no qual a própria cidade em nada se apresentava como um centro irradiador de cultura leitora –, surgiu também o termo diferencial das Jornadas, promover a leitura prévia das obras dos autores convidados. Para Tania Rösing, a idealizadora das Jornadas, e para Josué Guimarães, autor que daria respaldo à iniciativa, as Jornadas deveriam acontecer a partir da efetiva leitura dos textos, de forma a que a presença dos escritores fosse o momento culminante de todo o processo de envolvimento dos leitores com os livros. O próprio Josué Guimarães, coordenador dos debates, ao avaliar a 1ª Jornada Nacional de Literatura, que se associava à segunda edição da Jornada Sul-Rio-Grandense, apontava, em 1983, o envolvimento efetivo da plateia quanto à sua experiência com as obras:

Vocês sabem os autores que vêm. Então vocês leram esses autores. Algumas perguntas bem pertinentes sobre a obra do autor foram feitas e foram respondidas. Mas eu tenho a impressão, e pode ser que eu esteja errado, de que o ponto alto desta Jornada está justamente na oportunidade que vocês têm em conhecer os autores. Vejam vocês que o lado humano, o lado humano, vocês ficaram conhecendo agora, que os escritores não são aquelas pessoas sisudas, muito sérias, não são até aqueles muito cultos que vocês pensavam que fossem. E nós somos muito iguais. Nós somos muito parecidos (GUIMARÃES, 1991, p. 149).

É importante que se perceba que a Jornada surgia, naquele início da década de 80, em um momento determinado da política brasileira. Vivía-se a reprimida necessidade de abertura após uma década de perseguições e de violenta censura e vigorava, entre as pessoas envolvidas nos processos de redemocratização, a necessidade de se pensar a reeducação de toda uma população que fora apassivada pelo autoritarismo. Em um momento histórico de vigente desvalorização das humanidades e da supressão, nas próprias grades curriculares,

das disciplinas que não se adequassem aos encaminhamentos tecnicistas do estado burocrático-autoritário, havia que se valorizar a leitura literária como elemento transformador dos sujeitos e da sociedade. Pelos livros, pelo pensamento e pela ação dos leitores, poderia ser mudado o país. A década de 80 é, assim, por excelência, o momento inicial de uma perspectiva que se centraliza na e pela leitura, enfatizada na experiência literária. Em 1980, Ezequiel Teodoro da Silva publicara *O ato de ler*; em 1982, Regina Zilberman organizava o livro *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*; em 1981, fundou-se, no Congresso de leitura do Brasil – COLE, que acontecia, na Unicamp, desde 1979, a Associação de Leitura do Brasil (ALB). Nesse contexto, acontecem as primeiras Jornadas, não coincidentemente coordenadas por um escritor que se encontrava entre os jornalistas mais perseguidos da década anterior. Como base, assim, erigiram-se duas noções que respaldavam, ao menos intuitivamente, todas as ações das Jornadas. Havia, claramente, uma demanda política, uma necessidade de revisão de todos os princípios e direitos confiscados pela ditadura cívico-militar no que diz respeito à expressão do pensamento e à manifestação artística. Por outro lado, existia o imperativo de que se discutissem temas necessários, antes suprimidos da agenda cultural e dos currículos escolares e universitários.

A leitura, nesses termos, equivalia ao que depois se certificou pelos estudos acadêmicos: uma resposta ativa de sujeitos atuantes em uma sociedade em crise. As falas, ali, desde os primeiros momentos das Jornadas de Passo Fundo, passaram a ser vistas como verdadeiras posições contemporâneas, nascidas das necessidades e das demandas do contexto em que se vivia. Eram “reações-repostas” (BAKHTIN, 1992, p. 283) frente a um universo que impunha mesmo o silêncio, por mais de uma década, por meio de palavras autoritárias, isoladas, compactas e inertes. Isso recompunha os processos de comunicação ao seu contato explícito com o poder. Se cada palavra tornava-se arena ou ágora onde coexistiam, em maior ou menor conflito, distintas entonações sociais, trata-se de rever a natureza da comunicação entre sujeitos ali envolvidos em torno dos livros, esses também, de alguma forma, tornados sujeitos. O eu e o outro passavam a ser elementos especulares, desdobrados em facetas postas frente a frente, pois dotados de palavra. Conforme Stam (2000), em se tratando de diálogo humano, à luz das teorias bakhtinianas, o eu pode ver o que o outro não

pode ver, da mesma forma como o outro pode ver o que eu não posso ver, em uma “necessária e produtiva complementaridade de visões, compreensões e sensibilidades” (p. 17). Isso implica necessariamente que todo o diálogo não é somente um processo de interação política, mas um dado essencial para a autocompreensão através da alteridade, através dos valores do outro. Mais ainda, a própria alteridade permite, em uma noção que orienta cada enunciado entre fronteiras e alternância, a alteridade de papéis – ora eu ou o outro falamos, ora eu ou o outro respondemos – quando o eu e o outro sempre se expressam. Isso quer dizer: nas Jornadas, por força já dos momentos em que fora idealizada, todos se expressariam, postulando “uma compreensão responsiva ativa” (BAKHTIN, 1992, p. 291), uma postura de discussão verdadeira, sonora e real. Essa era a relação própria das Jornadas e isso guarda certamente alguma relação com a recorrência de uma questão ora ou outra referida nos encontros: a questão da autocompreensão e da identidade de quem fala, confrontada pela imprescindível colaboração da identidade de quem responde. E isso ocorreu, sobretudo, nas discussões sobre a literatura lusófona.

Romper ou contemporizar? A questão, relacionada ao papel do escritor, foi posta em discussão, em Passo Fundo, na 5ª Jornada Nacional de Literatura. A Jornada, naquele ano, em 1993, ainda não tinha a dimensão que hoje tem, embora já atingisse um público de aproximadamente 3 mil pessoas, uma multidão até então incomum para eventos que pretendiam formar leitores e promover a literatura. Nesse ano, contudo, a Jornada, já consolidada no calendário cultural do Rio Grande do Sul, tinha em si um novo termo de relevância: a presença de José Cardoso Pires. Pela primeira vez, nas Jornadas, um escritor português e, em especial, com a dimensão de Cardoso Pires, falaria sobre a identidade e a escrita literária. Acompanharam o autor, tratando do tema “Romper ou contemporizar?”¹, os professores Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, e Maria Luíza Remédios, destacada professora brasileira que assumira os estudos de literatura portuguesa e sua promoção.

Carlos Reis abriu os debates apontando três testemunhos sobre o ser escritor. Em primeiro lugar, citou Ernesto Sábato, para quem

1 O question da lusofonia tivera espaço, em 1988, na 3ª Jornada Nacional de Literatura, em um curso ministrado por Benjamim Abdala Junior (USP) e intitulado “África e Brasil - História e literatura”.

escrever para ganhar dinheiro era “uma abominação”. A partir de Camilo Cella, observou a particularidade de um ofício que tem como mandamento esperar, pois “o cúmplice do escritor é o tempo.” Finalmente, resgatou palavras do próprio Cardoso Pires: “Se escrever é uma constante descoberta, uma atenta e abandonada superação do real, entre a realidade e o escritor existirá um perpétuo movimento de aproximação e de distanciamento cuja resultante é a curva ascendente do progresso” (REIS, 1993, p. 74). Esse jogo de aproximação e distanciamento, segundo Carlos Reis, estaria mobilizado por uma circunstância que envolveria a liberdade do romancista, o qual, salvaguardado pela livre criação, mesmo que sob as leis de mercado, dependeria, sobretudo, de sua relação com o público, com o tempo e com a história. Para Reis, a ruptura literária partiria, necessariamente, de uma interrogação constante.

A fala seguinte, de Cardoso Pires, remeteu a outros pontos importantes de reflexão. Cardoso Pires, sobre o tema “Romper ou contemporalizar”, lembrou a importância do momento histórico em que se vive para que se possa responder a tal questão. Nascido em uma sociedade fechada, o escritor tinha plena consciência de que, para escrever, havia de se considerar “o estatuto social” e a “responsabilidade política” que controlava ou controla a obra criativa. Cardoso Pires foi enfático em demonstrar objetivamente a liberdade rarefeita da história portuguesa. Referindo seu ensaio “Técnica do golpe de censura”, publicado fora de Portugal, no início dos anos 70, o escritor revelou que seu país vivera 425 anos de censura em cinco séculos de imprensa, no que ele chamava de “uma taxa de repressão de 84%”. Nessa história, os mecanismos repressores puderam, pela força bruta, operar com pretensos valores positivos, tais como a própria ideia de Nação e o próprio nacionalismo como valor. Nessa dinâmica, a identidade nacional, nas “tortuosas configurações oportunistas dos xenófobos e dos racistas”, era operada em uma semântica que apontava como traidor quem se opusesse ao poder. Cardoso Pires, assim, enfatizou que o exercício da escrita era diferente dos exercícios do poder. A escrita literária visaria à utopia; as ações do poder apenas atingiriam o possível, o que de imediato, em princípio e em essência, alinha violentos contrastes, entre os quais o escritor se encontra incomodamente posicionado:

Interessa ao poeta ou ao romancista que ele crie, por si próprio, uma quase automarginalização, quase uma automarginalização supersti-

ciosa, seja ao nível da escrita, seja em relação ao *establishment*. Ele não aspira a não ser mais que lido por uma imensa minoria. Por sua unificação de independência, o escritor é um remorso das instituições, mas, da consciência da sua fragilidade social, ele faz uma das suas razões de escrever e dos seus porquês (PIRES, 1993, p. 80).

A independência, contudo, não deixa de ter uma carga afetiva quanto à realidade. Corromper tem sempre um sentido saudável, pois “o que se ama, corrompe-se”, quanto mais quando quem atua é um “animal incômodo”, o artista literário. Em uma conformidade de ideias, Maria Luíza Remédios observou em Cardoso Pires o poder transformador de sua literatura. Segundo a pesquisadora, a apreciação da obra do autor, observados os tipos humanos representados e o jogo político instaurado em Portugal, revela:

a ação de José Cardoso Pires, cuja disposição em romper com o *status quo* levou-o a denunciar diferentes momentos da história de Portugal. Por isso sua trajetória narrativa é bastante dinâmica, inovadora, pois sua obra pretende ser de rompimento e não de contemporização (REMÉDIOS, 1993, p. 85).

O tema dessa mesa redonda², “Romper ou contemporizar?”, embora circunscrito, no encontro, aos estudos de literatura portuguesa, tinha clara relação com momento histórico pelo qual passava o Brasil. Nossa condição, quando acontecia a quinta edição da Jornada Nacional de Literatura, às portas do Programa de Estabilização Econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso, resultava de intermináveis crises econômicas e de uma instabilidade política que provocara, pouco antes, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. A realidade da criação literária, utópica e voltada à “perfeição”, como defendia Cardoso Pires, não permitia a contemporização cega, embora a realidade política, guardada no “possível”, permanecesse, no futuro recente que dali viria, na ordem de que se evitassem rompimentos irrevogáveis.

2 A denominação atual, nas Jornadas, é “Palcos de debates”.

As crises advindas do fluxo histórico reorientam o papel do escritor, com transformações visíveis a cada edição das Jornadas. Em 1997, na 7ª Jornada Nacional de Literatura, já sob a lona do Circo da Cultura, para uma audiência de aproximadamente 5 mil pessoas, Mía Couto fez sua primeira participação em Passo Fundo. Na sua fala, tratando da literatura e dos regionalismos, observava uma nova função ao escritor. Vindo de um país e de um continente violentamente vitimado pelas guerras coloniais, Mía Couto percebia, no caso de Moçambique, um conflito cultural de profundo antagonismo. Para ele, havia um Moçambique litoral, moderno, no qual estava a elite, e um país interior, “que foi excluído durante o tempo colonial, que continua a ser excluído e que sabe que o progresso do tempo o vai esmagar” (COUTO, 1999, p. 177). A esses dois Moçambiques é imposta a impossibilidade de dialogar, em um impasse que clama pela participação do escritor:

É aqui que talvez o escritor tenha algum papel. Eu tenho grandes dúvidas sobre se o escritor tem algum papel assim tão sério. É sugerir que esses mundos possam encontrar pontos de ligação e sugerir que essa procura, esse descobrimento, se faça com um maior prazer e que não se perca por demagogia política ou teórica (p.177).

A partir de 1999, as Jornadas alteram a forma como são discutidas as temáticas. Antes, eram abertos vários temas de discussão em várias mesas-redondas. Na 8ª Jornada Nacional de Literatura passa a ser proposto apenas um tema, desdobrado em subtemas relacionados. Como que ainda respondendo à realidade em crise na qual nascera, o tema escolhido nessa edição foi “Censura e exclusão: perspectivas na literatura e em outras linguagens”. Um elemento novo, porém, era acrescentado às discussões: a multiplicidade de códigos e suportes de leitura, da mesma maneira como também se ampliava a participação de autores de outros países de expressão portuguesa, como Hélder Macedo, José Eduardo Agualusa e Pepetela. Na participação dos três escritores, o traço comum foi a noção de que identidade lusófona fracionara-se ao mesmo tempo que se reconduzia a ligações descontínuas, em um movimento vivo.

Hélder Macedo, entre ser criança em Moçambique, adulto em Portugal e sujeito exilado em Londres, concluiu que “ser português é muito fragmentado”, em uma portugalidade plural que incluía a África,

o Brasil e “também Portugal” (MACEDO, 2001, p. 133). O angolano José Eduardo Agualusa, por sua vez, traçou um contraste entre Portugal e Brasil. A cultura portuguesa, para ele, teria já admitido com maior serenidade a presença africana na comparação com o Brasil. O antigo colonizador teria reelaborado a si por força do contato com o múltiplo, ficando a cultura brasileira em um cenário no qual nos faltaria assumir plenamente “o destino lusófono”, o que nos obrigaria a lançarmo-nos mar afora “à descoberta de Portugal e da África que fala português” (AGUALUSA, 2001, p. 161). E esse contato, em especial entre Brasil e Angola, deveria ser uma tarefa de reminiscência, segundo Pepetela. A presença de brasileiros em Angola, como no caso da passagem por lá de Gregório de Mattos e de forças de defesa do Rio de Janeiro e de Salvador contra as invasões holandesas, permitiu ao escritor angolano ousar dizer que Angola fora colonizada pelo Brasil:

É necessário refazer a rota dos escravos, mas agora num outro contexto, num outro sentido, desse comércio que houve no passado. É preciso haver esse comércio, sobretudo, no âmbito da cultura, para que o conhecimento, a memória, não se percam dos dois lados do Atlântico, porque nós fomos aprendendo uns dos outros e fomos esquecendo também (PEPETELA, 2001, p. 167).

Aqui, anos depois, quando decorre uma década da virada do milênio, a identidade lusófona poderia ser imaginada na forma de tranças nagô feitas e refeitas a cada novo desenho. As tranças nagô típicas das comunidades africanas são penteados que em si têm sentidos sociais e culturais vinculados à idade, à etnia e a outros atributos de identidade. A importância da trança está no próprio ato de trançar, exprimindo os laços entre as gerações e entre os amigos, como uma ação de comunidade e de contato. Há, sobretudo, nessa ação entre pares, nos espirais feitos nos cabelos, o necessário ato de refazer, de redesenhar, em uma espécie de identidade reorientada, que se confronta a uma nova perspectiva, exposta na Jornada de 2005. Nesse ano, na 11ª Jornada Literária de Passo Fundo, a identidade contaminava-se pelo conflito interno com determinantes ou condicionantes infiltrações do que está além. A fronteira fechada, o diálogo impedido, implica um silêncio mesmo na própria voz, uma ausência de desenho na própria compreensão. Por isso, a condição portuguesa

passa a se encontrar em questão quando a base territorial, cultural e linguística não implica certeza de se pertencer. A partir do tema “Diversidade cultural, o diálogo das diferenças”, a portuguesa Clara Ferreira Alves observou que “se Portugal tem um problema, esse é, de fato, o problema da identidade” (ALVES, 2007, p. 81). A condição de detentora de colônias ilusoriamente reforçava um desenho identitário retangular, nuclear e íntegro, contrastado apenas, em contraponto eventual, por forças periféricas, infectadas pelo subordinado, pelo impróprio e pelo ilegítimo das colônias. Nesse sentido, a fala da escritora e jornalista reforçou o impasse da colocação de Portugal quanto a si mesmo, como Nação.

Em primeiro lugar, as indefinições em solo lusitano se encontravam na sustentação de um valor, o nacionalismo, com relação à própria condição política que vigorara no país. Na mesma linha da crítica de Cardoso Pires, Clara Ferreira Alves observava a condição fascista que a ditadura salazarista inoculava na palavra nacional. Em segundo lugar, em um elemento mais sutil, de natureza cultural, anterior mesmo à ditadura, estava o contraditório sentimento de “amor e ódio com o ser português”, encontrável seja na literatura erudita, seja na cultura popular. Em terceiro lugar, enfim, estaria uma posição de autoestima perturbada pelo fato de Portugal situar-se na “cauda da Europa”. De alguma forma, a identidade portuguesa, mesmo aderida à União Europeia, jamais respondera a si mesma sobre o local ao qual pertencera: à pretensa superioridade europeia, aos vikings, nórdicos e ingleses, ou à oferecida pela outra face do Atlântico, as feições brasileiras e africanas. Tal sentimento estaria tanto na ordem de um coletivo quando nas bases psíquicas do escritor no momento em que a própria autora, Clara Ferreira Alves, confessava-se como alguém que tinha “oscilações maníacas entre um sentimento exagerado de portugalidade e um sentimento exagerado da perda e da quase-vergonha de não [serem, os portugueses] tão avançados quanto os alemães, os espanhóis, os dinamarqueses” (ALVES, 2007, p. 83).

Está – de todas as maneiras e de vez – fracionada a própria condição de quem nasce em um lugar e fala uma língua. A nacionalidade, assim, como identificação e como expressão, nada mais diz como um polo identitário que não leve em conta todas as contaminações laterais. Interessa, aqui, a fala de Mia Couto de 2007, quando retorna a Passo Fundo para a 12ª Jornada. Nessa edição, com tema “Leitura da

arte & arte da leitura”, combinava a pluralidade de sentidos relativos ao ato de ler a arte, nos diferentes códigos e nas distintas linguagens, com a expressão intrínseca do sujeito encarregado de recontextualizar e ressignificar o objeto artístico com os elementos de seu olhar e de sua identidade, o leitor. Escritor em nova envergadura no sistema literário lusófono, o moçambicano Mia Couto, em seu retorno às Jornadas, buscou, em sua fala, responder à questão do porquê de influência tão profunda da literatura brasileira em Moçambique e Angola. Para ele, nesses países africanos haveria uma predisposição orgânica para a leitura da literatura brasileira, a qual se explicava por outras razões além de língua. Em especial, havia o fato de, como colônias portuguesas, Brasil, Angola e Moçambique terem cicatrizes coletivas estabelecidas nas demandas de um estado centralizador que buscou anular as particularidades e uniformizar as identidades locais. No Brasil, depois, entre as décadas de 40 e 60, ocorrera um surto de modernidade hegemônico. A industrialização se consolidava, redefiniam-se na Capital Federal, apesar de grandes zonas onde ainda prevalecia, na ordem dos contrastes econômicos e sociais, a oralidade como tradição, mesmo que às vezes já desfigurada. Tal aspecto era um elemento comum que aproximava o Brasil a Moçambique:

Também Moçambique viveu, e ainda vive, a criação de um Estado central e de processo de uniformização linguística e cultural. No nosso lado, a negação dessa globalização doméstica é muitas vezes feita por via de sacralização daquilo que se chama ‘tradição’. África tradicional, África profunda e outras identidades folclorizadas têm sido erguidas como fatores de resistência. A tradição surge como uma espécie de lugar congelado da identidade de uma nação, que só vive estando morta (COUTO, 2009, p. 138).

Em resposta, de um lado, a um processo homogeneizador proveniente de um centro de poder e, de outro, a referências simplificadas, pluralizadas e idênticas a si, a literatura deveria negar a nação mitificada, propondo a construção do mito como nação. Essa era a maior influência da literatura brasileira, sobretudo da obra rosiana, na África: “o sertão de Rosa é erguido em mito para contrariar uma ideia uniformizante e modernizante de um Brasil em ascensão” (COUTO, 2009, p. 138). Pela palavra escrita, insurgida contra a totalização de um racionalismo urbano, Rosa retoma o idioma e a oralidade labiríntica dos sertões. Mia

Couto, por sua vez, de alguma maneira, em 2007, reiterava o que anos antes levantara: a necessidade de que o escritor não assuma um dos lados da divergência, mas que seja como Riobaldo, um “mediador de mundos”, em um lugar criado “sem território”, em um tempo não vivido, mas sonhado. O espaço do escritor é uma espécie de lugar *entre*, o que faz de seu texto uma ponte ou uma linha fronteira que desenha – podemos dizer, em tranças – ligações entre pontos móveis, em identidades que se projetam e reformam.

A presença de Gonçalo Tavares em Passo Fundo, em 2011, redireciona a questão da identidade a termos mais complexos. Sua narrativa, em termos gerais, surge em um momento histórico especial, tanto para os países de língua portuguesa quanto aos demais países situados na esfera de um mundo unificado pelas comunicações e pelas tecnologias. O tema da 13ª Jornada Nacional de Literatura foi “Leitura entre nós: rede, linguagens e mídias” e repercutia essa circunstância ao relacionar a palavra “nós” a duas acepções: a um histórico de três décadas de trabalho, em Passo Fundo, voltado à leitura e a um mundo todo conectado nos múltiplos nós de uma rede global e infinita. Se há uma ordem distinta nas concepções do que pensamos ser em diferentes nações e no que projetamos como nosso nos diferentes países, há um campo de existência compartilhada, às vezes invisível ou mesmo inadmitida, que já independe mesmo da língua. Essa universalidade parece ser um dos termos da obra de Gonçalo Tavares. Segundo Madalena Vaz Pinto, a obra de Tavares se destaca em possível contraponto perante toda uma vertente literária portuguesa. Para a pesquisadora, essa literatura, diferentemente do neorealismo que dominara a cena literária até os anos 60, caracterizava-se por uma espécie de desconhecimento quanto à mitologia espiritual portuguesa:

Portugal não existe na literatura de Gonçalo Tavares. Nem Portugal nem portugueses. Os nomes dos personagens – Mylia, Ernest, Hanna, Theodor, Joseph Walser, Klaus Klump, Margha, Catharina, Klober, Fluzst, entre outros, – contribuem para impedir a identificação com a realidade portuguesa, confirmando a distância desta literatura de questões como identidade. Este aspecto, por si só, desperta a curiosidade sobre este escritor em meio a uma literatura onde é comum pensar a subjetividade relacionada com problemas da identidade. (PINTO, 2010, p. 33).

A literatura de Tavares não é uma arte sobre pátrias, mas sobre o ser humano, pois a dor, ela própria, não tem restrições linguísticas ou culturais. Nesse sentido, a obra de Tavares, com seus personagens impessoais, com seus narradores neutros, isentos, em uma temporalidade e um cenário que quase nunca ou nunca se apresentam, pode avançar a ponto de discutir e perturbar a própria ruptura entre gêneros literários, entre poesia e narrativa, e entre gêneros antes apartados, literários e não literários, como os ensaios filosóficos. Em *Passo Fundo*, ao discutir o tema “Identidade, literatura e cultura na globalização”, Tavares propôs uma referência ao povo cigano na forma como faziam seus caminhos. A cada curva, era deixada uma maçã na direção seguida pela primeira carroça, para que se avisassem as carroças seguintes. O grau de degradação da maçã ainda avisava há quanto tempo fora deixada a indicação, se horas ou dias. Para Tavares:

Se considerarmos que cada carroça é uma geração, cada geração, quando chegar a um cruzamento, tem a obrigação de deixar uma maçã. Quando a segunda geração chega ao cruzamento, tem um direito e um dever. O direito é de ter uma maçã que lhe indique o que a geração anterior fez, para onde é que virou; o dever é deixar também uma maçã para a geração que vem a seguir. A segunda geração pode virar à esquerda, enquanto a primeira geração virou à direita, mas é fundamental também deixar um sinal para a terceira geração (TAVARES, no prelo).

Para o autor angolano, a obrigação do escritor é interpretar os sinais das gerações anteriores. A questão é que nem sempre os vestígios são claros no que se refere a quem os deixou. De forma semelhante, na mesma linha de indefinições, entre gerações, há um jogo de troca de corpos e cabeças que forma descendências “acidentais”:

A globalização é uma espécie de acidente, que gerou cabeças trocadas, em que as cabeças trocaram com corpos. O que se vê muitas vezes é que há uma cabeça brasileira, com um corpo americano, às vezes um tronco português com uma cabeça alemã. Há uma espécie de acidente, ou vários que fazem com que nós, a certa altura, não saibamos a quem pertencem os filhos. [...] Em termos de criação,

e isto é talvez uma das coisas mais interessantes, a criação atual muitas vezes nasce de influências que podem vir da Alemanha, da Suécia, do Brasil, Itália. [...]. De certa maneira a globalização está a dar isto. Nós não sabemos o 'quem' que gera as criações literárias, qual é a origem das criações artísticas. Tudo está, de certa maneira, misturado. (TAVARES, no prelo).

Abdala e Scarpelli apontam, na lusofonia, um fracionamento ou, melhor, uma flutuação de pontos relacionada à heterogeneidade, ao hibridismo e à mestiçagem cultural, em aproximações e afastamentos condicionados pelo contexto histórico. Isso implica dizer que não é incomum que Portugal, Brasil e a África de expressão portuguesa identifiquem-se ou tomem rumos distintos, conforme a linha do melhor destino ou dos piores fados, estes infelizmente sempre reservados aos africanos. Portugal, até bem pouco tempo, julgava encerrada sua aventura extraeuropeia e conduzia, eufórico, a sua jangada na direção do velho continente. Hoje, talvez, a prosperidade pareça mudar de portos.

Assim... Cá estamos, onde tudo muda e se mistura, nesses cruzamentos marcados por maçãs deixadas por mais de uma carroça em rotas redesenhadas pela história. Mas a escolha é sempre de quem escreve e de quem lê. Com tranças nagô fazem-se sempre novos desenhos.

A lusofonia e os autores nas Jornadas de Passo Fundo

61

Referências

ABDALA, B.; SCARPELLI (Org.). **Portos flutuantes**. São Paulo: Atelier, 2004.

ALVES, Clara Ferreira. O nacional e as manifestações populares na ficção narrativa. In: RÖSING, T.; RETTENMAIER, M. **Diversidade cultural: o diálogo das diferenças**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COUTO, Mia. Arte, moral e erotismo. In: RÖSING, T.; RETTENMAIER, M. **Leitura da arte & arte da leitura**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009.

COUTO, Mia. Da existência ou não de regionalismo na literatura. Formando uma sociedade leitora. In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 7., 1999, Passo Fuundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

GUIMARÃES, Josué. Avaliação crítica da Jornada. In: RÖSING, T.; AGUIAR, V. **Jornadas de literatura: o prazer do diálogo entre autores e leitores**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1991.

MACEDO, Helder. Rota dos escravos: abordagem histórica e literária. In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 8., 2001, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

PINTO, Madalena Vaz. Gonçalo Tavares: o filho mais desenvolto de Álvaro de Campos? Convocação de textos. **Abril**, Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 3, n. 4, abr. 2010.

PIRES, J. C O papel do escritor: romper ou contemporizar? In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 5., 1993, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. da UPF: PMPF, 1993.

REIS, C. O papel do escritor: romper ou contemporizar? In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 5., 1993, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. da UPF: PMPF, 1993.

REMÉDIOS, M. L. O papel do escritor: romper ou contemporizar? In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 5., 1993, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. da UPF: PMPF, 1993.

STAM, Robert. Bakhtin. **Da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 2000.

TAVARES, Gonçalo. Identidade, literatura e cultura na globalização.

In: RÖSING, T. **Leitura entre nós**. Passo Fundo: Ed. da UPF. No prelo.

*A lusofonia e
os autores nas
Jornadas de
Passo Fundo*

63